



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

04 DE
AGOSTO DE
2020



NA PANDEMIA

MP investiga Zenaldo por compras irregulares

DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Pará (MPPA) entrou com uma ação na Justiça contra o prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, pelo crime de improbidade administrativa. De acordo com a ação do MPPA, divulgada ontem (3), a prefeitura realizou contratos emergenciais, devido a pandemia de Covid-19, que não foram publicados no portal da transparência do município. Em nota, a prefeitura de Belém informou que abriu um procedimento administrativo para apurar as inconsistências. A informação é do portal G1 Pará.

Além do prefeito, outro alvo da ação do MPPA foi o secretário municipal de Controle, Integridade e Transparência (Secont), Milton Marques. A pasta é responsável pela transparência e auditoria das contas do município.

De acordo com o MPPA, foram dezenas de contratos de dispensa de licitação que não foram publicados no portal da transparência. Segundo o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-PA) foram mais de R\$ 4 milhões em aquisições que deixaram de ser publicadas no site da prefeitura.

Diante disso, a ação do MPPA pede, em caráter liminar, que a prefeitura seja obrigada a publicar em 15 dias, no portal da transparência, todas as despesas com a Covid-19. Caso haja

o descumprimento da liminar, o MPPA solicitou a aplicação de uma multa ao prefeito Zenaldo Coutinho e ao secretário Milton Marques de R\$ 10 mil por dia de descumprimento.

Caso seja condenado pelo crime de improbidade administrativa, Zenaldo e o secretário podem perder o cargo, além de terem suspensos os direitos políticos por até cinco anos.

Em nota, a prefeitura de Belém informou que o prefeito Zenaldo Coutinho, determinou, no dia 22 de junho, à Secretaria Municipal de Controle e Integridade a abertura de procedimento administrativo para apurar responsabilidades por eventual inconsistência em informação no Portal da Transparência. Além disso, segundo a prefeitura, o prefeito determinou também, o aprimoramento da metodologia utilizada no Portal da Covid-19, visando facilitar a consulta.

A prefeitura também informa que a Procuradoria Geral do Município está, junto com a Secont e Companhia de Tecnologia da Informação de Belém (Cinbesa), verificando as questões suscitadas para, se necessário, fazer melhorias ou mostrar ao Ministério Público onde se encontram as informações questionadas. A prefeitura finaliza ressaltando que não há questionamento quanto aos valores praticados nas compras municipais. (Com informações do G1 Pará.)

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BAIÃO: TERCEIRO HOMICÍDIO EM 3 DIAS EXECUTADO A TIROS

Segundo o que relataram moradores da rua Norte América, tiros foram ouvidos ali por volta das 21h de domingo (02). O rapaz já foi encontrado sem vida

BAIRRO NOVO

J.R Avelar

jraavelar@diariodopara.com.br

Mais um homem foi assassinado a tiros na cidade de Baião, na região nordeste do estado. O crime aconteceu na noite de domingo (02). Esse é o terceiro homicídio em três dias na cidade e que está sob investigação da Polícia Civil.

Segundo o que já foi apurado por policiais civis, por

volta das 21h moradores da rua Norte América no bairro Novo escutaram os sons de vários tiros. No local logo identificaram a vítima como Daniel Pereira Palheta, de 35 anos.

Ele foi executado por desconhecidos e morreu na rua. A Polícia Militar foi acionada e os PMs fizeram o isolamento do local do crime até a chegada de policiais civis de Baião que, por sua vez, acionaram peritos do Instituto Médico Legal (IML) de Tucuruí para o trabalho de remoção.

PASSAGENS NA POLÍCIA

Com a identificação da vítima, os policiais já apuraram que Daniel tinha passagens pela polícia, por crimes de roubos e homicídios. O prontuário dele revela que o rapaz foi preso em março de 2018 e solto mediante decisão da Justiça, em outubro de 2019.

Daniel foi baleado e várias cápsulas de balas foram recolhidas e entregues aos policiais civis, que, até fecharmos essa edição, não sabia quem o tinha matado. Os moradores da cidade de Baião estão preocupados com a onda de assassinatos no município.

CNJ 15anos



O CNJ ▾

Gestão da Justiça ▾

Programas e Ações ▾

Farmácias de Conceição do Araguaia (PA) aderem à campanha Sinal Vermelho

🕒 3 de agosto de 2020 - 📁 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



Foto: TJPA

Uma reunião virtual para tirar dúvidas e divulgar a campanha nacional “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica” foi realizada na última terça-feira (28/7) pela 2ª Vara Cível e Criminal de Conceição do Araguaia (PA). O juiz Marcos Paulo Campelo e a equipe multidisciplinar da Vara conversaram com representantes de farmácias da região para preparar a rede de proteção às mulheres. A campanha incentiva que mulheres denunciem casos de violência

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

doméstica, mostrando um “X” desenhado na palma da mão ao balconista ou farmacêutico, que, por sua vez, aciona a Polícia.

Na pauta, foram repassadas as informações sobre o protocolo a ser seguido no momento da denúncia e a importância do papel de comunicante, além do esclarecimento das dúvidas que surgiram no decorrer da reunião. “Nessa reunião nós começamos a realizar os treinamentos dos farmacêuticos para atendimento da campanha Sinal Vermelho. Ficaram estabelecidos os procedimentos de como se deve proceder ao receber uma mulher que sofreu um ato de violência doméstica e também conclamamos esses mesmos farmacêuticos sobre a necessidade de se engajar nesse projeto”, explicou Campelo.

Segundo o magistrado, a campanha já está sendo eficaz. “O primeiro resultado foi a aproximação orgânica e o fortalecimento da rede de proteção à mulher vítima de violência doméstica. Creio que nas próximas semanas os efeitos práticos já estarão se tornando plenamente verificados em termos de atendimento.”

Esta é a segunda reunião para divulgação do projeto e para solicitar a adesão de todas as farmácias da Comarca de Conceição do Araguaia, incluindo os municípios de Floresta do Araguaia e Santa Maria das Barreiras. O trabalho de divulgação e articulação da Vara foi dividido em três momentos. A primeira reunião ocorreu virtualmente no dia 22 de julho deste ano com os órgãos que atuam na Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, como a Polícia Militar, a Polícia Civil e representantes dos Centros de Referência Especial de Assistência Social (Creas) dos municípios envolvidos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Em seguida, foram feitos contatos via telefone e via aplicativo de mensagens com os farmacêuticos e responsáveis pelas farmácias e drogarias da região para que estes participassem da reunião virtual que ocorreu no dia 28 de julho. Desde o ano passado, a Vara realiza um trabalho de coibição e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher através de atividades de conscientização dos direitos da mulher e reuniões com a rede de proteção à mulher na região.

Campanha

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com diversos órgãos e entidades nacionais, lançaram em junho a campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”. O objetivo da campanha é incentivar denúncias por meio de um símbolo: ao desenhar um “X” na mão e exibi-lo ao farmacêutico ou ao atendente de uma farmácia, a vítima poderá receber auxílio e acionar as autoridades.

A ação conta com a participação de quase 10 mil farmácias em todo o país, e é uma resposta conjunta de membros do Judiciário ao recente aumento nos registros de violência em meio à pandemia. Após a denúncia, os profissionais das farmácias seguem um protocolo para comunicar a polícia e ao acolhimento à vítima. Balconistas e farmacêuticos não são conduzidos à delegacia e nem, necessariamente, chamados a testemunhar.

Fonte: [TJPA](#)

Chacina do Guamá: MP recorre à Justiça após denúncias serem consideradas improcedentes para acusados

Dois dos quatro policiais foram absolvidos pela Justiça Militar. Outros dois tiveram penas menores e nem foi solicitada expulsão da corporação. Todos estão em liberdade.



Victor Furtado

04.08.20 11h10



A Promotoria de Justiça Militar fez uma apelação, à Justiça Militar, pela condenação de todos os quatro policiais militares envolvidos na Chacina do Guamá. Dois deles, Pedro Josimar Nogueira da Silva e Wellington Almeida Oliveira, foram absolvidos das acusações de peculato e organização criminosa

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

para prática de violência. José Maria da Silva Noronha e Leonardo Fernandes de Lima foram condenados a quatro anos de prisão por formação de organização criminosa, mas a expulsão deles da corporação nem foi solicitada.

Os quatro militares foram acusados, pela Promotoria de Justiça Militar, de integrarem o grupo que matou 11 pessoas e deixou uma gravemente ferida, na tarde do dia 19 de maio de 2019. A chacina ocorreu em um estabelecimento comercial conhecido como "Bar da Vanda", no bairro do Guamá (que deu nome à chacina). Todos os acusados negam a prática dos crimes. As investigações apontam para uma disputa por territórios. O local onde os assassinatos ocorreram seria um ponto de encontro de traficantes de drogas.

Eles foram julgados no dia 6 de julho deste ano, apenas pelos crimes que são julgados pela Justiça Militar. A data para o julgamento pelo crime de homicídio será pela justiça comum e não há data marcada. Todos estão em liberdade.

MP investiga prefeito de Belém por compras irregulares no valor R\$ 4 milhões durante a pandemia

De acordo com o MPPA, Zenaldo Coutinho teria realizado compras emergenciais com dispensa de licitação, que não foram publicadas no portal da transparência do município.

Por G1 PA — Belém

03/08/2020 16h54 - Atualizado há 18 horas



Zenaldo Coutinho — Foto: Divulgação

O Ministério Público do Pará (MPPA) entrou com uma ação na Justiça contra o prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, pelo crime de improbidade administrativa. De acordo com a ação do MPPA, divulgada nesta segunda-feira (3), a prefeitura realizou contratos emergenciais, devido a pandemia de Covid-19, que não foram publicados no portal da transparência do município. Em nota, a prefeitura de

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Belém informou que abriu um procedimento administrativo para apurar as inconsistências.

Além do prefeito, outro alvo da ação do MPPA foi o secretário municipal de Controle, Integridade e Transparência (Secont), Milton Marques. A pasta é responsável pela transparência e auditoria das contas do município.

De acordo com o MPPA, foram dezenas de contratos de dispensa de licitação que não foram publicados no portal da transparência. Segundo o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-PA) foram mais de R\$ 4 milhões em aquisições que deixaram de ser publicadas no site da prefeitura.

Diante disso, a ação do MPPA pede, em caráter liminar, que a prefeitura seja obrigada a publicar em 15 dias, no portal da transparência, todas as despesas com a Covid-19. Caso haja o descumprimento da liminar, o MPPA solicitou a aplicação de uma multa ao prefeito Zenaldo Coutinho e ao secretário Milton Marques de R\$ 10 mil por dia de descumprimento.

Caso seja condenado pelo crime de improbidade administrativa, Zenaldo e o secretário podem perder o cargo, além de terem suspensos os direitos políticos por até cinco anos.

Em nota, a prefeitura de Belém informou que o prefeito Zenaldo Coutinho, determinou, no dia 22 de junho, à Secretaria Municipal de Controle e Integridade a abertura de procedimento administrativo para apurar responsabilidades por eventual inconsistência em informação no Portal da Transparência. Além disso, segundo a prefeitura, o prefeito determinou também, o aprimoramento da metodologia utilizada no Portal da Covid-19, visando facilitar a consulta.

A prefeitura também informa que a Procuradoria Geral do Município está, junto com a Secont e Companhia de Tecnologia da Informação de Belém (Cinbesa), verificando as questões suscitadas para, se necessário, fazer melhorias ou mostrar ao Ministério Público onde se encontram as informações questionadas. A prefeitura finaliza ressaltando que não há questionamento quanto aos valores praticados nas compras municipais.